

## Projeto de Lei nº 2025, de 2019

Iniciativa: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

## Ementa:

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para instituir nova causa de aumento de pena no crime de estelionato.

**Explicação da Ementa:**

*Aumenta a pena para o crime de estelionato cometido através da simulação de falsa deficiência, de falsa necessidade de tratamento médico, odontológico, psicológico, ou de falsa doença rara, grave, incurável ou contagiosa.*

**Assunto:** Jurídico - Direito Penal e Penitenciário**Data de Leitura:** 03/04/2019**Em tramitação****Decisão:** -**Último local:** 13/09/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Destino:** -**Último estado:** 13/09/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR**Tramita em conjunto com:**

Projeto de Lei nº 648 de 2019

Projeto de Lei nº 663 de 2019

Projeto de Lei nº 1030 de 2019

Projeto de Lei nº 1199 de 2019

Projeto de Lei nº 1521 de 2019

Projeto de Lei nº 1544 de 2019

Projeto de Lei nº 1545 de 2019

Projeto de Lei nº 1546 de 2019

Projeto de Lei nº 1715 de 2019

Projeto de Lei nº 1923 de 2019

Projeto de Lei nº 2171 de 2019

Projeto de Lei nº 2175 de 2019

Projeto de Lei nº 2393 de 2019

Projeto de Lei nº 2855 de 2019

## Projeto de Lei nº 2025, de 2019

## Tramita em conjunto com:

Projeto de Lei nº 2865 de 2019

Projeto de Lei nº 3032 de 2019

Projeto de Lei nº 3118 de 2019

Projeto de Lei nº 3132 de 2019

Projeto de Lei nº 3133 de 2019

Projeto de Lei nº 3404 de 2019

Projeto de Lei nº 3405 de 2019

Projeto de Lei nº 3462 de 2019

## Despacho:

03/04/2019

Leitura da Matéria

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

20/05/2019

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

07/07/2023

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

## Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Rodrigo Pacheco (encerrado em 18/02/2021 -  
Alteração na composição da comissão)Senador Fabiano Contarato (encerrado em 21/12/2022 - Fim de  
Legislatura)

## TRAMITAÇÃO

13/09/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.

(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236/2012 os seguintes Projetos: PL nº 63, 64, 65, 66, 71, 73 e 376, de 2015; 80, de 2016; e tramitam anexadas ao PLS nº 236/2012, nos termos do art. 374, II, do RISF, os seguintes Projetos: PL nº 648, 663, 1030, 1199, 1521, 1544, 1545, 1546, 1715, 1923, 2025, 2171, 2175, 2393, 2712, 2726, 2855, 2865, 2897, 3032, 3067, 3118, 3132, 3133, 3404, 3405, 3462, 3464, 3676, 3677, 3703, 3805, 4011, 4233, 4305, 4578, 4640, 4683, 4719, 5030, 5052, 5120, 5192, 5273, 5274, 5285, 5301, 5316, 5456, 5457, 5543, 5648, 5700, 5742, 5891, 5952, 6216, 6304, 6419, 6482 e 6584, de 2019; e nº 481 e 495, de 2020).

07/07/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: A matéria retorna à CCJ, para ser anexada ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, nos termos do art. 374, II, do Regimento Interno.

## TRAMITAÇÃO

Publicado no DSF Páginas 37-42 - DSF nº 113

**21/12/2022** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.**16/02/2022** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** MATÉRIA COM A RELATORIA

**Ação:** Redistribuído ao Senador Fabiano Contarato, para emitir relatório.  
(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, os seguintes projetos: PLC nº 80, de 2012; PLC nº 24, 27, 33 e 39, de 2015; PLC nº 140, de 2017; PLS nº 90, 101, 125, 367, 520, 555 e 653, de 2011; PLS nº 41, 104 e 357, de 2013; PLS nº 229 e 416, de 2014; PLS nº 1, 35, 43, 54, 63, 64, 65, 66, 71, 73, 82, 92, 117, 121, 135, 150, 177, 178, 181, 188, 376, 380, 436, 449, 469, 562, 671 e 787, de 2015; PLS nº 14, 22, 42, 67, 80, 92, 98, 101, 103, 106, 130, 306, 314, 327, 455 de 2016; PLS nº 424 e 473, de 2017; PLS nº 71, 79, 88, 112, 190, 209, 223, 264, 298, 314, 316, 368, 395, 450, 471, 479, 504, 512, 513 e 533, de 2018; PL nº 648, 663, 1030, 1199, 1521, 1544, 1545, 1546, 1715, 1923, 2025, 2171, 2175, 2393, 2712, 2726, 2855, 2865, 2897, 3007, 3032, 3067, 3076, 3118, 3132, 3133, 3404, 3405, 3410, 3462, 3464, 3676, 3677, 3703, 3712, 3805, 3967, 4011, 4194, 4230, 4233, 4287, 4305, 4578, 4640, 4683, 4719, 5030, 5052, 5120, 5192, 5273, 5274, 5285, 5301, 5316, 5456, 5457, 5543, 5648, 5700, 5742, 5891, 5952, 6206, 6216, 6304, 6400, 6401, 6482, 6584, e 6419 de 2019; e o SCD nº 8, de 2015.)

**18/02/2021** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

**Ação:** Devolvido pelo relator, Senador Rodrigo Pacheco, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.

**07/02/2020** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** MATÉRIA COM A RELATORIA

**Ação:** Mantida a relatoria com o Senador Rodrigo Pacheco.  
Em função de ser o relator do PLS nº 236, de 2012 (Reforma do Código Penal Brasileiro).  
(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, os seguintes projetos: PLC nº 80, de 2012; PLC nº 24, 27, 33 e 39, de 2015; PLC nº 140, de 2017; PLS nº 90, 101, 125, 367, 520, 555 e 653, de 2011; PLS nº 41, 104 e 357, de 2013; PLS nº 229 e 416, de 2014; PLS nº 1, 35, 43, 54, 63, 64, 65, 66, 71, 73, 82, 92, 117, 121, 135, 150, 177, 178, 181, 188, 376, 380, 436, 449, 469, 562, 671 e 787, de 2015; PLS nº 14, 22, 42, 67, 80, 92, 98, 101, 103, 106, 130, 306, 314, 327, 455 de 2016; PLS nº 424 e 473, de 2017; PLS nº 71, 79, 88, 112, 190, 209, 223, 264, 298, 314, 316, 368, 395, 450, 471, 479, 504, 512, 513 e 533, de 2018; PL nº 648, 663, 1030, 1199, 1521, 1544, 1545, 1546, 1715, 1923, 2025, 2171, 2175, 2393, 2712, 2726, 2855, 2865, 2897, 3007, 3032, 3067, 3076, 3118, 3132, 3133, 3404, 3405, 3410, 3462, 3464, 3676, 3677, 3703, 3712, 3805, 3967, 4011, 4194, 4230, 4233, 4287, 4305, 4578, 4640, 4683, 4719, 5030, 5052, 5120, 5192, 5273, 5274, 5285, 5301, 5316, 5456, 5457, 5543, 5648, 5700, 5742, 5891, 5952, 6206, 6216, 6304, 6400, 6401, 6482, 6584, e 6419 de 2019; e o SCD nº 8, de 2015.)

**30/10/2019** SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

**Ação:** Encaminhado à publicação e aprovado o Requerimento nº 982, de 2019, de autoria do Senador Alvaro Dias, que solicita o desapensamento do PLS 658/2015.  
A presente matéria retorna à CCJ.

**30/10/2019** PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO

**Ação:** Aguardando leitura de requerimento, do Senador Alvaro Dias, que solicita o desapensamento do PLS 658/2015.

## TRAMITAÇÃO

**30/10/2019** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Ação:** Devolvido pelo Senador Rodrigo Pacheco para atender à solicitação constante do OF. SF/866/2019, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento formulado pelo Senador Alvaro Dias, para tramitação autônoma do PLS 658/2015. À SLSF.

**20/05/2019** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** MATÉRIA COM A RELATORIA

**Ação:** Distribuído ao Senador Rodrigo Pacheco, para emitir relatório.  
Em função de ser o relator do PLS nº 236, de 2012 (Reforma do Código Penal Brasileiro).  
(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, os seguintes projetos: PLC nº 80, de 2012; PLC nº 24, 27, 33 e 39, de 2015; PLC nº 140, de 2017; PLS nº 90, 101, 125, 367, 520, 555 e 653, de 2011; PLS nº 41, 104 e 357, de 2013; PLS nº 229 e 416, de 2014; PLS nº 1, 35, 43, 54, 63, 64, 65, 66, 71, 73, 82, 92, 117, 121, 135, 150, 177, 178, 181, 188, 376, 380, 436, 449, 469, 562, 658, 671 e 787, de 2015; PLS nº 14, 22, 42, 67, 80, 92, 98, 101, 103, 106, 130, 306, 314, 327, 455 de 2016; PLS nº 424 e 473, de 2017; PLS nº 71, 79, 88, 112, 190, 209, 223, 264, 298, 314, 316, 368, 395, 450, 471, 479, 504, 512, 513 e 533, de 2018; PL nº 648, 663, 1030, 1199, 1521, 1544, 1545, 1546, 1715, 1923, 2025, 2171, 2175, 2393, 2855 e 2865, de 2019; e o SCD nº 8, de 2015.)

**20/05/2019** PLEN - Plenário do Senado Federal

**Ação:** A Presidência comunica ao Plenário que o presente projeto será anexado ao PLS 236/2012 - Reforma do Código Penal Brasileiro - , nos termos do art. 374, II, do RISF.  
À CCJ.

*Publicado no DSF Páginas 66 - DSF nº 71***17/05/2019** PLEN - Plenário do Senado Federal

**Ação:** Encaminhado ao Plenário.

**17/05/2019** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Ação:** Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para atender à solicitação constante do OF. SF/310/2019, da Presidência do Senado Federal, de remessa da matéria para ser anexada ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que institui o Código Penal.

**12/04/2019** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

**Ação:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.  
Matéria aguardando distribuição.

**05/04/2019** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Ação:** Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando recebimento de emendas.

**04/04/2019** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Ação:** Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas e posterior distribuição.

**03/04/2019** PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

## TRAMITAÇÃO

**Ação:** Encaminhado à publicação.  
À CCJ, em decisão terminativa.  
(Este processado contém três folhas numeradas)

*Publicado no DSF Páginas 185-189 - DSF nº 41*

*Publicado no DSF Páginas 190 - DSF nº 41*

**03/04/2019** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Ação:** Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 05/04/2019 a 11/04/2019.  
Perante a CCJ.

**03/04/2019** PLEN - Plenário do Senado Federal

**Ação:** Leitura da matéria na sessão do SF nº42, em 03/04/2019.

## DOCUMENTOS

## PL 2025/2019

**Data:** 03/04/2019

**Autor:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

**Local:** Plenário do Senado Federal

**Descrição/Ementa:** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para instituir nova causa de aumento de pena no crime de estelionato.

## Avulso inicial da matéria

**Data:** 03/04/2019

**Autor:** Senado Federal

**Local:** Plenário do Senado Federal

**Ação Legislativa:** Encaminhado à publicação.  
À CCJ, em decisão terminativa.  
(Este processado contém três folhas numeradas)

**Descrição/Ementa:** -

## Ofício

**Data:** 17/05/2019

**Autor:** Presidente do Senado Federal: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

**Local:** Plenário do Senado Federal

**Descrição/Ementa:** Ofício de solicitação dos processados físicos das seguintes matérias: PL nºs 1521, 1715, 1923, 2025, 2171, 2175 e 2319, todos de 2019, e do PLS 43/2015, para serem anexados ao PLS 236/2012, que institui o novo Código Penal.

## RQS 80/2020

**Data:** 19/02/2020

**Autor:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

**Local:** Plenário do Senado Federal

**Descrição/Ementa:** Desapensamento dos PL nºs 1199, 1923, 2025, 2855, 3030, 3118, 5052, 5192, 5221, 5316, 5456, 5543, 5700, 5742, 5891, 5951,

### DOCUMENTOS

6216 e 6482/2019 do PLS 236/2012.

#### Ofício

**Data:** 21/02/2020

**Autor:** Presidente do Senado Federal: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

**Local:** Plenário do Senado Federal